



LENGUAJE, IDENTIDAD Y NECESIDAD

Anna Carolina K. P. Regner¹

RODOLFO GAETA. *Lenguaje, identidad y necesidad*. Buenos Aires: Oficina de publicaciones del CBC, Universidad de Buenos Aires, 1997, 177p.

É um lugar comum afirmar-se que um traço característico de boa parte da filosofia contemporânea reside no enfoque dado pela Filosofia da Linguagem a problemas filosóficos tradicionais. O que o autor de *Lenguaje, identidad y necesidad*, Rodolfo Gaeta, nos traz, contudo, é algo mais do que um lugar comum ao explorar a condição que atribui a essa “virada linguística” como geradora de novas interrogações e mesmo de confrontações teóricas que se esgrimem com maior ou menor força no tratamento daqueles problemas.

Primeiramente, quais são esses problemas a merecerem a atenção de nosso autor? Diz-nos Gaeta que seu interesse por problemas do conhecimento e da filosofia da ciência em particular levou-o a avaliar detidamente a teoria da referência de Saul Kripke e algumas de suas mais centrais conseqüências. Kripke descarta a idéia de que a referência dos termos deva depender de seu significado e, a partir da consideração do caso dos nomes próprios, admite a existência do que chama de “designadores rígidos”, isto é, termos que se referem às mesmas entidades em todos os mundos possíveis, como os nomes próprios, nomes de classes naturais e algumas outras expressões. Tais teses têm, entre outras, conseqüências para a classificação de enunciados, levando a admitir o inusitado filosófico de proposições necessárias *a posteriori* e mesmo de proposições contingentes *a priori* e, mais adiante, repercutindo no âmbito da filosofia prática, no caso da identificação de ações e do estabelecimento da identidade pessoal do sujeito dos juízos morais.

Gaeta dispõe-se a avaliar tais conseqüências, partindo da análise dos conceitos de “identidade” e “necessidade” (nos capítulos 2 e 3, respectivamente) fundamentais à teoria da referência de Kripke (examinada no capítulo 5), que é criticamente comparada, para elucidação de seus conceitos próprios, com as teorias clássicas da referência (examinadas no capítulo 4). O exame das teorias da referência permite-lhe colocar (no capítulo 6), com a devida clareza, os débitos e conseqüências de tais teorias para com a visão nelas implícita das relações entre semântica e metafísica, trazendo à tona, em sua plena robustez,

¹ Professora do Departamento de Filosofia do IFCH / UFRGS e coordenadora do GIFHC - ILEA / UFRGS. E-mail: aregner@portoweb.com.br



a questão do “essencialismo” de Kripke e limpando o terreno para o exame da questão das relações entre necessidade e individualidade (no capítulo 7). O modo como encadeia as etapas de seu exame exhibe uma clareza que se pode dizer didática, na medida em que torna acessível a problemática em discussão ao leitor que nela se inicia, ao mesmo tempo em que traz um renovado interesse aos que com ela já se encontram familiarizados. O encadeamento argumentativo que assim desenvolve “naturalmente” prepara à análise conclusiva que apresenta em seu último capítulo, onde se exerce com maior vigor a crítica própria do autor a seu alvo principal, as teses de Kripke. O caminho percorrido permite a Gaeta concluir centralizando sua crítica no equívoco em que se apóia a aparente inevitabilidade e força de convicção das idéias de Kripke: esse equívoco está em tomar seu comprometimento metafísico “essencialista” como sendo resultado de sua investigação antes que seu ponto de partida, aparentemente trazendo novos e sólidos argumentos para revitalizar o antigo “essencialismo”, quando, a rigor, o pressupõe.

A clareza expositiva e crítica que caracteriza o trabalho do autor já se evidencia na Introdução, pelo modo como coloca a problemática a ser examinada, os conceitos-chave envolvidos - determinando a ordem de exame a ser seguida através dos capítulos - e os marcos que orientarão a sua própria posição. Assume posição contrária às teses de Kripke e busca situar-se numa abordagem eminentemente epistemológica, centrada nas exigências conceituais constitutivas de nossas representações do mundo, alertando que isso não significa um compromisso com a idéia de uma validade transcendente de tais conceitos.

Ao longo da exposição, há sempre o cuidado com a introdução de conceitos-chave de modo preciso e despido de qualquer aura que possa atemorizar ao leitor iniciante. Assim, por exemplo, ocorre com o “princípio de identidade”, com as diversas acepções de “necessidade”, com a distinção “necessidade *de dicto*/necessidade *de re*” e distinções correlatas, ou com conceitos técnicos como o de “designadores rígidos”. Por outro lado, sabe mostrar a complexidade de conceitos que, muitas vezes, são tomados com excessiva simplicidade, como o conceito de “mundos possíveis”. O cuidado de suas análises, a busca dos diversos ângulos de cada questão, autorizam-no a mostrar, igualmente, os limites em que nos encontramos face às análises empreendidas, sem querer forçar a justificação desta ou daquela posição. Deixa, assim, de ser simplório, afirmar, como o faz, que “hay razones para creer, pues, que la idea de necesidad conserva un aspecto irreductible, aun en el marco restringido de la lógica” (p. 117). O leitor sente-se estimulado a participar da discussão que Gaeta entabula com aquelas abordagens demarcadoras do terreno filosófico em que histórica e contemporaneamente colocam-se os desdobramentos dos conceitos e teorias em pauta, sempre confluindo ao seu núcleo central, a avaliação das teses de



Kripke. Assim, embora não perca de vista o eixo central de suas preocupações, a análise de Gaeta tem o mérito adicional de oferecer uma visão bastante abrangente do cenário contemporâneo no exame dos conceitos e teorias com que se ocupa na obra.

No que concerne ao núcleo central de suas críticas, a ele conduz com bastante agudeza suas análises conceituais: conduz à crítica ao “essencialismo” de Kripke e seus deslizes por entre os planos metafísico, epistemológico e lingüístico que, no entanto, pretende distinguir. Numa hábil e transparente tessitura, Gaeta constrói seu ataque desde cada um desses planos, procedendo a uma exaustiva exploração dos pressupostos e conseqüências daqueles conceitos de “identidade” e de “necessidade” que estão à base da teoria da referência de Kripke e de seu arsenal conceitual - do qual faz parte “designadores rígidos”. Nessa exploração, vai destruindo os pontos de apoio de Kripke ou, pelo menos, relativizando a tal ponto a sua força que deixam de prover-lhe sustentação. Cabe, contudo, sempre enfatizar a saudável preocupação de Gaeta com estabelecer uma interlocução mais ampla com os filósofos, na trajetória histórica das questões. A esse respeito, é exemplar seu capítulo sobre as teorias clássicas da referência, bem como a relação que estabelece entre essas e a teoria de Kripke. Numa concisa e clara retrospectiva, aponta, com acuidade, à raiz das similaridades e divergências das diferentes abordagens.

A par com a clareza da exposição e análise que faz das demais posições filosóficas, Gaeta apresenta-nos suas contribuições próprias de Gaeta, notadamente ao final de cada capítulo - sabiamente colocadas, seja pelo seu conteúdo (referindo-o a paradoxos ou a algum ceticismo), seja pela sua forma - como uma interrogação. Apenas um capítulo parece deixar-nos, ao final, com a sensação de que haveria algo mais a ser dito, ainda que não fosse a “última palavra”. Trata-se do capítulo 7, em que Gaeta trata da “necessidade” e da “individualidade”. Mantém sua notável clareza expositiva, como acontece com sua exposição de Castañeda, e felicidade na escolha das posições a examinar. É também bastante feliz em colocar as dificuldades que permeiam a questão. Mas, nas suas considerações finais do capítulo, sob o sub-título *A mesma pessoa?*, ainda que pertinentes e adequadamente colocadas, não trazem o mesmo impacto que as reflexões com que finaliza os demais capítulos. Conceda-se, porém, que o tema em questão, retomando a questão da identidade em suas relações com a individualidade das ações e a possibilidade de universalização dos juízos morais é das questões filosóficas mais espinhosas e com tratamentos sempre fragmentários. Estamos aí por demais comprometidos com nosso objeto de análise e mais difícil se torna abstraírmos da complexidade de seus comprometimentos na nossa contemporaneidade.



Em que pese, porém, a expectativa com que, de algum modo, pode deixar-nos o final do capítulo 7, essa última observação não compromete a clareza conceitual que faz deste livro uma referência importante, inclusive do ponto de vista didático, lidando, com desenvoltura e consistência, com conceitos-chave da epistemologia e metafísica na tradição filosófica. No arcabouço de qualquer indagação sobre o conhecimento, está a questão da identidade e da diferença, da necessidade e da possibilidade, do essencial e do contingente, da referência e do significado nas nossas representações de mundo. É, portanto, uma feliz oportunidade encontrar esses temas e seus diversificados enfoques reunidos em uma obra cujo autor oferece uma relevante apreciação crítica. Isso encontramos em *Lenguaje, identidad y necesidad*.

Em sua Conclusão, de modo especial, o poder crítico de seu autor revela-se construtivo de uma abordagem própria. Destacar-lhe os aspectos mais importantes remontaria a transcrever sua Conclusão. Deixo, pois, essa tarefa para partilhá-la com a leitura que o leitor dela fará. Numa irrepreensível seqüência, o autor sumariza os passos de sua crítica às teses de Kripke. Em síntese, diz-nos que grande parte da convicção inspirada pelas idéias de Kripke radica na naturalidade com que seus resultados parecem surgir de algumas leis da lógica (identidade de um objeto consigo mesmo) e da observação de certas peculiaridades da linguagem (a função peculiar dos nomes próprios). Mas é mostrado, ao longo do livro, que Kripke não procede desse modo. Seus pressupostos metafísicos estão presentes desde o início e condicionam tanto a aplicação da teoria da lógica como o conteúdo de sua doutrina semântica. Sua posição metafísica (seu “essencialismo”) não é, pois, um resultado a que chega sua investigação - seja decorrente da mera aplicação das leis da lógica, seja decorrente das peculiaridades da linguagem - mas um condicionante dessa. Aqui dois argumentos de Gaeta são muito importantes: ainda que se admita - o que não é incontrovertível - que os princípios de identidade sejam parte do conteúdo da lógica, há claras razões para se pensar que o alcance que se dá à sua interpretação transcende os marcos da lógica; a idéia de “designação rígida” não é algo que se depreenda do caráter que se presume ser não-conotativo dos nomes próprios. O espaço de uma resenha não permite seguir todos os passos envolvidos; deve-se ir ao texto para ver a clareza e habilidade com que Gaeta, em seqüência, critica os enunciados necessários *a posteriori* e os enunciados contingentes *a priori* de Kripke.

E, indo-se ao texto, encontra-se igualmente a manifestação das posições próprias de Gaeta, que se contrapõem às dificuldades levantadas às teses de Kripke e às suas versões mais ou menos mitigadas. Começemos com algumas de suas idéias sobre a questão do significado. Na opinião de Gaeta, o sentido de um nome, como o de qualquer expressão, em que pese a diferença que possa



existir entre o modo de possuir significado de um nome próprio e do resto das expressões, não está fixado de uma vez para sempre. Por supor que os significados estejam em relações fixas e abstratas com as palavras, indicadas nos dicionários, deixa-se de atentar ao papel dos condicionantes contextuais na compreensão do discurso. Nomes próprios dependem fundamentalmente dessas condições e, por isso, não figuram nos dicionários; mas tais condições não implicam que careçam de todo o conteúdo. Os significados variam com as vicissitudes da língua e de nossas crenças. Os designadores adquirem seu conteúdo enquanto figuram em orações e é enquanto são partes de orações, integrados num certo contexto, que aprendemos a usá-los. Assim, o nome vai associado a uma série de descrições. E rebate a uma possível crítica kripkeana de que a descrição serve somente para fixar a referência e não para dar significado ao nome, dizendo que, se é vaga a noção em que intuitivamente se apóia para dizer que ao menos algumas expressões significam, seja o que for o significado, também não é claro o que Kripke quer dizer com “fixar a referência”. Parece antes sugerir a adoção de uma descrição que circunstancialmente corresponde ao objeto. Também há que relativizar o peso dado à idéia de que o significado de uma palavra é indicado por meio de um enunciado extra-lingüístico. De fato, não é assim que, geralmente, o aprendemos, mas, antes, pela nossa familiarização com seu uso na linguagem objeto.

No que concerne à distinção “necessário / contingente” - presente na questão dos “designadores rígidos” - Gaeta vê alguma utilidade na distinção e, mantendo-a, vê suas teses em oposição às de Kripke: considera que os conceitos modais aplicam-se, primariamente, à linguagem, vinculada à idéia que a ontologia subjacente à nossa linguagem e a nosso marco conceitual dá lugar a objetos que são o resultado de nossas próprias construções. Dizendo-se em franca oposição à Kripke, Gaeta não vê a “identidade” e a “necessidade” como condições totalmente independentes do pensamento e da linguagem. Os objetos aparecem, por assim dizer, sempre sob alguma descrição, explícita ou implícita. E, segundo Gaeta, basta-nos reconhecer que nosso modo de organizar a experiência supõe a admissão das leis da identidade, sem atribuir-lhes nenhum caráter estritamente transcendente, ainda que se lhes atribua posição relativa de maior solidez dentro do conjunto de nossas crenças.

Por fim, o que dizer da posição à base da avaliação crítica que Gaeta realiza, quanto a seu ponto que parece nodal a todas as indagações até aqui feitas: o das relações - às vezes aparentemente “incômodas” ao autor - entre os planos metafísico, epistemológico e lingüístico? Confessadamente, pelo seu interesse expresso desde o início do livro e pelos pressupostos de análise que assume, Gaeta privilegia uma dimensão epistemológica. Até que ponto podem esses planos ser nitidamente separados? A grande questão, porém, não parece



ser essa, mas a de explicitar suas relações. Nesse sentido, o autor é plenamente bem-sucedido ao trabalhá-las em Kripke. Mas, tendo-se que a questão do plano metafísico, enquanto plano das nossas concepções básicas acerca da natureza das coisas, não se esgota no de uma visão “essencialista”, há mais a considerar na dimensão metafísica do que a presença de um maior ou menor “essencialismo”. Se assim for, o que poderíamos aprender, por fim, acerca da explicitação daquelas relações, a partir das posição filosófica de nosso autor, seria, antes que a defesa de uma radical distinção entre o plano metafísico e epistemológico, o entendimento da condição privilegiada do último em termos do provimento do(os) marco(os) conceitual(ais) através do(os) qual(ais) apenas, podemos entender o plano metafísico, quaisquer que sejam suas determinações. E, quanto ao lingüístico, nele estamos imersos, seja como condição constitutiva, seja como necessária condição de acesso a qualquer problematização. Tais considerações parecem estar presentes na seguinte passagem, com a qual deixamos o convite a uma insubstituível leitura de *Lenguaje, identidad y necesidad*:

“El carácter original y básico de los conceptos modales explica, pues, tanto la imposibilidad de reducirlos a otra clase de conceptos como la resistencia a abandonarlos. Si es cierto que su utilización implica algún grado de compromiso que no es resultado de la investigación empírica y excede el estricto marco de la lógica formal pura, no parece que reste más alternativa que admitirlos como un resabio metafísico irreducible propio de la constitución de nuestro marco conceptual” (p.118).